



Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS (UniProcessus)

ATIVIDADE EXTENSIONISTA

PROJETO/AÇÃO (2023.2)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista: Ação de Extensão Social

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Linha de Extensão: Formas de acesso à Justiça: judicialização ou meios consensuais de resolução de conflitos?

Local de implementação (Instituição parceira/conveniada): Estações do Metrô DF Águas Claras e Concessionárias, e Rodoviária do Plano Piloto.

Título do Programa ou Projeto: Formas de acesso à Justiça: judicialização ou meios consensuais de resoluções de conflitos?

2. Identificação dos Autores e Articuladores

CURSO: Bacharelado em Direito

DISCIPLINA: Teoria Geral do Direito

Articulador(es)/Orientador(es):

NOME: Prof. Dr. Henrique Savonitti Miranda

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Aluno(a)/Equipe

Matrícula	NOME COMPLETO	E-mail	Telefone
2113180000 392	Adyb Elias Waquim	adyb00@outlook .com	61 98564-0000
2213180000 105	Alexandre Pinho de Moura	alexandre.mo ura@embrapa .br	61 98198-8669
2223180000 042	Aline Santana de Lima	alineslua16@g mail.com	61 99183-3250
2323180000 079	Eva Rodrigues dos Santos	evarodrigues9 34@gmail.co m	61 99661-6328
2223180000 063	Glênia Gleica Fernandes	glenia.fernan des90@gmail. com	61 99946-4644
1520100040	Gabriel Harisson Dias da Rocha	gabrielhydrocha 89@icloud.com	61 99611-6286
2113180000 184	Jéssica Ingrid de Souza Amaral	jessikaingridd @gmail.com	61 99374-2804
211318000035 7	Kathleen Monteiro de Almeida	kathleenmonteir oalmeida@gmail .com	61 99840-5826
2113180000 202	Othon de Souza Silva	othondesousa. 123@gmail.co m	61 99294-5402
2223180000 105	Pedro Henrique Valadares Vilaca	jobsvilaca@g mail.com	61 99596-6406

3. Projeto que será implementado

Apresentação:

Os acadêmicos acima qualificados irão realizar um núcleo de orientação jurídica, com vistas a promover à população, orientação acerca de como acessar à Justiça, notadamente por meio de informações relativas aos meios alternativos de resolução de conflitos. Além disso, será elaborada uma cartilha didática contendo informações acerca de como acessar à Justiça, cartilha esta que será distribuída junto à população, de modo a facilitar a compreensão do assunto por parte dos cidadãos atendidos pelo núcleo de orientação jurídica.

Justificativa:

É de suma importância levar à população, notadamente aquela parcela mais carente, um conhecimento jurídico qualificado, tendo em vista o alto índice de pessoas leigas sobre a temática em questão. Neste sentido, buscar-se-á atender e orientar ao maior

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

número possível de pessoas, com o intuito de prestar um serviço junto à população mais carente, de modo que tais pessoas sejam capazes de acionar a Justiça e fazer jus a seus direitos.

Objetivos Gerais:

Promover a terceiros o conhecimento das diversas formas de acesso à Justiça, bem como proporcionar aos acadêmicos integrantes da equipe deste projeto de extensão social, uma experiência de aplicação dos conhecimentos adquiridos em outro segmento do tripé universitário, qual seja, o ensino.

Objetivos Específicos:

Mostrar à população a importância da mediação e da conciliação, bem como dos procedimentos pré-processuais, na solução de conflitos ligados à Justiça;

Levar ao conhecimento da população, notadamente das pessoas mais carentes, as mais diversas formas de acesso ao judiciário brasileiro.

Público-alvo:

Cidadãos com idade entre 18 a 65 anos.

Locais de execução:

Centro Universitário Processus. Estações do Metrô DF Águas Claras e Concessionárias, e Rodoviária do Plano Piloto.

Resultados esperados:

Orientar a população a respeito do sistema judiciário, visando facilitar o encaminhamento para resolução de conflitos.

Resultados atingidos:

Serão indicados no início de novembro, no momento de elaboração do Relatório Final.

Metodologia:

Elaboração e distribuição de cartilha didática, contendo informações qualificadas acerca das diferentes formas de acesso à Justiça brasileira, bem como a criação de um núcleo temporário de orientação jurídica.

4. Cronograma de execução:

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

DATA DE INÍCIO: 08/2023

DATA DE TÉRMINO: 11/2023

Evento	Período	Observação
Entrega do projeto extensionista e do desenvolvimento teórico do tema proposto	06/09/2023	Não se aplica
Apresentação dos resultados da pesquisa e explanação da atividade extensionista que será realizada / Elaboração do Plano de Ação	13/09/2023	Não se aplica
Execução e acompanhamento do projeto social	04 a 31/10/2023	Não se aplica
Elaboração do Relatório Final demonstrando a execução do projeto, resultados e público atendido	01/11/2023	Não se aplica

Considerações finais:

Com isso, conclui-se que o trabalho tem uma importância muito grande, visando o compartilhamento de ideias, informações e experiências com as pessoas que não possuem tal conhecimento, auxiliando não somente o público específico de forma direta, mas, também, a Justiça brasileira.

Apoio:

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.105 de 16 de Março de 2015. **Código de Processo Civil.**

Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13105-16-marco-2015-780273-publicacaooriginal-146341-pl.html>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

CALVET, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique. **A Quarta Revolução Industrial e a Reforma Trabalhista:** impactos nas relações de trabalho no Brasil. 2019. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/conciliacao>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

CALVET, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique. **A Quarta Revolução Industrial e a Reforma Trabalhista:** impactos nas relações de trabalho no Brasil. 2018. Disponível em: <<https://abet-trabalho.org.br/livro-a-quarta-revolucao-industrial-e-a-reforma-trabalhista-impactos-nas-relacoes-de-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 23 ago. 2023

CLT. **Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_1ed.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça.** 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-o-que-e-justica-comum-e-a-justica-especializada>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

CONCEIÇÃO, Simone Esteves. **O princípio do acesso à Justiça e a conciliação no Poder Judiciário.** Tese (Monografia)- Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Vila Nova Santana, Assis – SP, p.26-27. 2011. Disponível em: <https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_76/Adriana_Sena.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

CORREA, Lucas Alves. **Os Juizados Especiais Cíveis como instrumento de acesso à Justiça.** 2021. 36p. Monografia (Curso de Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO.

DUTRA, Maristela Aparecida.; SILVA, Cristopher Davis Rodrigues da. A importância do Juizado Especial Cível e a solução de lides na Comarca de Perdizes/MG. **Revista Jurídica Uniaraxá.** Araxá, v.21, n.20, p.221-244, 2017.

FILHO, Manoel Antonio Teixeira. **Petição Inicial e Resposta do Réu no Processo do Trabalho.** 2022. Disponível em: <<https://lreditora.com.br/products/peticao-inicial-e-resposta-do-reu-no-processo-do-trabalho-1>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Manual de Artigo de Revisão de Literatura.** 3ª ed. Brasília: Processus, 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um Artigo de Revisão de Literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos,** Brasília, v.2, n.5, p.29-55, 2019.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica.** 8ª ed. Brasília: JRG, 2019.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil:** Processo de Conhecimento e Procedimentos Especiais. v.2. 19ª edição. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. 512p.

MADEIRA, Marcell Fernando Alves. **A Consolidação como Instrumento de Acesso à Justiça e o uso da Tecnologia para sua efetivação.** Tese (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé -ICM-Macaé, p. 10. 2019. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11011/TCC%20->

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

%20MARCELL%20MADEIRA%20%283%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NARDI, Francieli Trevisan de; COSTA, Michele Romero da; FORNO, Pietro Toaldo Dal. Juizado Especial Cível: superando o mito de Sísifo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Santa Maria, v.1, n.2, p.22-30, 2006.

NAKAMURA, Pedro. **A história da CLT, que ajudou a forjar a identidade dos trabalhadores brasileiros**. 2023. Disponível em:

<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2023/05/a-historia-da-clt-que-ajudou-a-forjar-a-identidade-dos-trabalhadores-brasileiros-clh3t1t3e003c016xqt6qhti8.html>>. Acesso em: 19 de ago. 2023

ROCHA, Felipe Borring. **Manual dos juizados especiais cíveis estaduais: teoria e prática**. 12ª edição. Barueri: Atlas, 2022. 342p.

SANTOS, Isaías Pereira dos; UHLMANN, Gabriel; BRANCO, Beatriz Regina. A desconsideração da personalidade jurídica nos Juizados Especiais Cíveis. In: SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO DA UNIVILLE, 5., 2020, Joinville. **Anais...** Joinville, Universidade da Região de Joinville, 2020. p.255-264.

STJ. **Superior Tribunal de Justiça**. 2019. Disponível em: <<https://international.stj.jus.br/pt/Poder-Judiciario-Brasileiro/Organizacao-funcional/Justica-comum>>. Acesso em: 24 ago. 2023.

TJDFT. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. 2023. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/assistencia-judiciaria-gratuita-x-gratuidade-de-justica>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TJDFT. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. 2021. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/direito-constitucional/gratuidade-de-justica-2013-parametros-legais-para-concessao>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

TJDFT. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Manual de Mediação Judicial. 6ª ed. Palácio da Justiça, Apoio Conselho Nacional de Justiça. 2016, p.26-33.

TJDFT. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/audiencias-2013-conciliacao-e-mediacao-x-instrucao-e-julgamento>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

TST. **Tribunal Superior do Trabalho**. 2023. Disponível em: <<https://www.tst.jus.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2023.